

Fras-le S.A.

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)	14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas às informações financeiras	16



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Fras-le S.A.
Caxias do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fras-le S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Fras-le S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações



financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos imobilizados - Controladora e Consolidado

Conforme descrito nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas nº 3.4 e 14, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"). Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuem ativos imobilizados no montante de R\$ 256.159 mil e R\$ 371.930 mil na Controladora e Consolidado, respectivamente, sujeitos a análise de recuperabilidade ("impairment"). A avaliação da Companhia e suas controladas sobre a determinação das unidades geradoras de caixa (UGC), e sobre a quantificação do valor de eventual perda, seja em função da determinação do valor de mercado ou do valor recuperável pelo uso dos ativos, possui um grau significativo de julgamento. Em função da relevância dos montantes envolvidos, do nível de subjetividade dos julgamentos realizados pela Companhia e seus especialistas em avaliação de ativos, e do possível impacto que eventuais alterações nas premissas associadas a esses julgamentos poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do desenho e implementação dos processos operacionais chave adotados pela Companhia e suas controladas na identificação dos ativos que possam apresentar indicação de perda em seu valor recuperável;
- Avaliação dos julgamentos significativos adotados pela Companhia e suas controladas na identificação de cada UGC, como por exemplo na identificação de linhas de produto, linhas de negócios e localidades individuais;
- Comparação das estimativas de fluxos de caixa aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, com as premissas utilizadas na preparação do estudo de recuperabilidade para cada UGC, e com o histórico recente de geração de caixa daquelas UGC;
- Avaliação das principais premissas de julgamento aprovadas pelo Conselho de Administração para a projeção dos fluxos de caixa descontados, como por exemplo: expectativas de entradas e saídas de caixa advindas do uso do ativo, estimativa de aumento de preços e taxas de desconto aplicadas para cada UGC; e
- Avaliação da adequação das divulgações sobre as premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável dos ativos imobilizados, conforme nota explicativa às demonstrações financeiras individuais e consolidadas nº14.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor do imobilizado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.



Combinação de negócios - Controladora e Consolidado

Conforme descrito na nota explicativa às demonstrações financeiras individuais e consolidadas nº 2.c, a Companhia adquiriu participações acionárias em 2017, que resultaram no controle da PALR S.A. (controladora da Armetal Autopartes S.A.), da Armetal Autopartes S.A. (controladora da Farloc Argentina S.A.C.y F.) e também da Fanacif S.A.. Esta transação representou a aquisição de controle em 04 de dezembro de 2017 e foi contabilizada pelo método de aquisição.

A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Estes procedimentos normalmente envolvem, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Devido do alto grau de julgamento relacionados, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como contratos e atas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo da contraprestação transferida, incluindo as cotações de mercado dos instrumentos patrimoniais transferidos e a avaliação a valor justo do investimento anteriormente detido preparada por especialistas externos contratados.
- Com auxílio de nossos especialistas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo das participações adquiridas, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo.
- Avaliação da data de aquisição e obtenção de controle, valor do preço efetivamente pago para fins de apuração do Goodwill (Ágio), além de testes para recuperação do Godwill (Ágio) gerado na aquisição.
- Avaliação da adequação das divulgações sobre a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios efetuada pela Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o reconhecimento e divulgação da combinação de negócio no contexto das demonstrações individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.



Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 07 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2

Fras-le S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	216.136	218.529	237.773	256.244
Aplicações financeiras	7	241.473	274.181	241.473	274.181
Clientes	8	187.402	167.322	77.793	61.449
Estoques	9	121.145	86.942	256.210	172.161
Impostos e contribuições a recuperar	10	19.290	10.682	38.558	18.647
Outros ativos circulantes		6.511	5.171	12.974	13.677
		791.957	762.827	864.781	796.359
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Impostos e contribuições a recuperar	10	4.906	4.612	16.878	9.367
Depósitos judiciais	17	10.924	8.010	11.644	8.500
Impostos diferidos	22	-	-	25.718	31.330
Dividendos a receber	11	438	513	-	-
Outros ativos não circulantes		768	-	191	45
		17.036	13.135	54.431	49.242
Investimentos	13	217.147	96.606	396	464
Imobilizado	14	256.159	266.121	371.930	345.301
Intangível	15	7.526	9.994	64.927	10.938
		497.868	385.856	491.684	405.945
Total do ativo		1.289.825	1.148.683	1.356.465	1.202.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fras-le S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	119.234	102.718	135.038	117.307
Fornecedores		53.961	41.479	78.378	56.420
Impostos e contribuições		19.675	13.665	32.990	20.583
Salários e encargos		15.889	14.780	21.722	17.612
Adiantamento de clientes		1.556	1.204	1.659	1.723
Dividendos a pagar	20	3	816	3	816
Juros sobre o capital próprio a pagar	20	23.740	6.175	23.740	6.175
Participações dos empregados e administradores		7.505	6.501	7.822	6.501
Comissões a pagar		1.098	1.403	1.098	1.403
Provisões para garantias		1.715	1.212	1.715	1.212
Contas a pagar de combinação de negócios		87.508	-	87.508	-
Outros passivos circulantes		7.105	6.178	26.648	11.029
		338.989	196.131	418.321	240.781
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	78.955	124.258	85.218	138.861
Impostos diferidos	22	43.196	21.189	49.337	28.851
Provisão para litígios	17	5.610	6.006	8.044	7.369
Subvenção governamental a realizar		3.088	3.356	3.088	3.356
Provisão para perda com investimento	13	32.512	16.060	-	-
Outros passivos não circulantes		6.580	9.547	9.436	10.044
		169.941	180.416	155.123	188.481
Total do passivo		508.930	376.547	573.444	429.262
Patrimônio líquido					
Capital social	19	600.000	600.000	600.000	600.000
Reserva de incentivos fiscais		2.571	2.302	2.571	2.302
Reserva capital		(4.623)	(4.623)	(4.623)	(4.623)
Reserva de Lucros		165.586	162.470	165.586	162.470
Ações em tesouraria		(13.352)	(13.352)	(13.352)	(13.352)
Outros resultados abrangentes	19	30.713	25.339	30.713	25.339
Total da participação dos acionistas da controladora		780.895	772.136	780.895	772.136
Participação de acionistas não controladores		-	-	2.126	906
Total do patrimônio líquido		780.895	772.136	783.021	773.042
Total do passivo e patrimônio líquido		1.289.825	1.148.683	1.356.465	1.202.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fras-le S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	23	596.940	580.490	832.831	812.651
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	(437.119)	(408.669)	(615.664)	(580.608)
Lucro bruto		159.821	171.821	217.167	232.043
Outras receitas (despesas) operacionais	24				
Vendas		(50.883)	(46.079)	(75.187)	(66.838)
Administrativas e gerais		(41.896)	(40.294)	(62.597)	(59.274)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(16.381)	(1.722)	-	-
Outras despesas operacionais líquidas		(2.848)	(7.293)	(14.144)	(22.294)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		47.813	76.433	65.239	83.637
Despesas financeiras	26	(64.504)	(86.770)	(77.820)	(100.089)
Receitas financeiras	26	93.285	99.518	96.176	102.733
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		76.594	89.181	83.595	86.281
Imposto de renda e contribuição social	22	(12.529)	(24.900)	(19.435)	(21.804)
Lucro líquido do exercício		64.065	64.281	64.160	64.477
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	95	196
Atribuível aos acionistas da controladora		64.065	64.281	64.065	64.281
Lucro por ação básico e diluído					
atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	21	0,2986	0,3447	0,2986	0,3447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fras-le S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício		64.065	64.281	64.160	64.477
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado					
Ajustes acumulados de conversão	13	(501)	(17.566)	(501)	(17.566)
Ganho (perda) atuarial - Randonprev	12	185	(13)	185	(13)
Imposto de renda e contribuição social - Randonprev	22	(16)	4	(16)	4
Ganho (perda) atuarial, líquida		169	(9)	169	(9)
Hedge de fluxo de caixa	27	7.797	17.326	7.797	17.326
Hedge de fluxo de caixa, líquido		7.797	17.326	7.797	17.326
Resultado abrangente total		<u>71.530</u>	<u>64.032</u>	<u>71.625</u>	<u>64.228</u>
Atribuível aos:					
Acionistas da controladora				71.530	64.032
Acionistas não controladores				95	196
				<u>71.625</u>	<u>64.228</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fras-le S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes e Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total da participação dos controladores	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva geral de lucros					
Saldos em 01 de janeiro de 2016	300.000	(13.352)	30.241	87.216	28.037	-	432.142	1.111	433.253
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	64.281	64.281	196	64.477
Aumento de capital	300.000	-	-	-	-	-	300.000	-	300.000
Efeito dos acionistas não controladores sobre empresas consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	(401)	(401)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	(17.566)	-	(17.566)	-	(17.566)
Gastos com emissão de ações	-	(4.623)	-	-	-	-	(4.623)	-	(4.623)
Avaliação atuarial	-	-	-	-	(9)	-	(9)	-	(9)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	2.302	-	(2.302)	-	-	-
Hedge accounting	-	-	-	-	17.326	-	17.326	-	17.326
Ações em tesouraria	-	13.352	-	(13.352)	-	-	-	-	-
Realização da depreciação do custo atribuído	-	-	-	-	(2.449)	2.449	-	-	-
Destinações propostas:									
Reserva legal	-	-	3.222	-	-	(3.222)	-	-	-
Reserva geral de lucros	-	-	-	44.397	-	(44.397)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(2.606)	-	(809)	(3.415)	-	(3.415)
Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95	-	-	-	-	-	(16.000)	(16.000)	-	(16.000)
	600.000	(4.623)	33.463	117.957	25.339	-	772.136	906	773.042
Saldos em 31 de dezembro de 2016	600.000	(4.623)	33.463	117.957	25.339	-	772.136	906	773.042
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	64.065	64.065	95	64.160
Efeito dos acionistas não controladores sobre empresas consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	1.125	1.125
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	(501)	-	(501)	-	(501)
Avaliação atuarial	-	-	-	-	169	-	169	-	169
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	269	-	(269)	-	-	-
Hedge accounting	-	-	-	-	7.797	-	7.797	-	7.797
Realização da depreciação do custo atribuído	-	-	-	-	(2.091)	2.091	-	-	-
Destinações propostas:									
Reserva legal	-	-	3.294	-	-	(3.294)	-	-	-
Reserva geral de lucros	-	-	-	9.896	-	(9.896)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(10.074)	-	-	(10.074)	-	(10.074)
Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95	-	-	-	-	-	(52.697)	(52.697)	-	(52.697)
	600.000	(4.623)	36.757	118.048	30.713	-	780.895	2.126	783.021
Saldos em 31 de dezembro de 2017	600.000	(4.623)	36.757	118.048	30.713	-	780.895	2.126	783.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fras-le S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	64.065	64.281	64.160	64.477
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12.529	24.900	19.435	21.804
Depreciação e amortização	26.591	27.606	41.192	40.016
Provisões para litígios	(396)	1.428	675	968
Provisão para devedores duvidosos	173	(6.448)	653	(9.329)
Provisão para estoques obsoletos	(510)	455	528	(375)
Outras provisões	1.406	(1.512)	3.135	531
Custo residual de ativos imobilizado baixados e vendidos	1.623	563	735	828
Equivalência patrimonial	16.381	1.722	-	-
Baixa de investimentos	-	80	-	-
Variação cambial e juros sobre empréstimos	13.608	(13.260)	14.553	(21.000)
Variação em derivativos	-	(429)	-	(429)
Perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	-	-	9.031	11.950
Receita de subvenção governamental	(268)	(2.073)	(268)	(2.073)
Ajuste de capital de giro				
Clientes	(19.890)	12.820	9.986	23.484
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	32.708	(219.173)	32.708	(219.173)
Depósitos judiciais	(2.914)	(1.552)	(3.144)	(1.665)
Outras contas a receber	(16.124)	(450)	584	(2.133)
Estoques	(33.693)	7.532	(46.998)	15.494
Fornecedores	12.482	13.346	6.429	13.460
Outras contas a pagar	8.725	3.146	(10.971)	3.060
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(18.706)	(184.331)	(11.406)	(167.473)
Impostos pagos sobre o lucro	(12.881)	(12.403)	(13.717)	(13.251)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado) gerado nas atividades operacionais	103.615	(99.421)	128.706	(73.356)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de dividendos de controladas	-	8.328	-	-
Aquisição de controladas	(830)	-	-	-
Combinação de negócios	(6.027)	-	(2.534)	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(15.784)	(8.492)	(44.970)	(10.421)
Fluxo de caixa líquido utilizado em atividades de investimentos	(22.641)	(164)	(47.504)	(10.421)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(40.973)	(17.690)	(40.973)	(17.690)
Empréstimos tomados	79.897	64.821	78.759	68.131
Pagamento de empréstimos	(113.839)	(131.376)	(127.810)	(153.174)
Integralização de capital	-	300.000	-	300.000
Gastos com emissão de ações	-	(4.623)	-	(4.623)
Juros pagos por empréstimos	(8.452)	(12.674)	(9.649)	(14.518)
Fluxo de caixa líquido gerado (utilizado) em atividades de financiamentos	(83.367)	198.458	(99.673)	178.126
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	(2.393)	98.873	(18.471)	94.349
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício (Nota explicativa 6)	218.529	119.656	256.244	161.895
No fim do exercício (Nota explicativa 6)	216.136	218.529	237.773	256.244
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	(2.393)	98.873	(18.471)	94.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fras-le S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas				
Vendas de produtos e serviços (-) devoluções	809.895	765.365	1.096.650	1.045.108
Outras receitas	15.246	3.039	19.513	5.625
Receitas relativas à Construção de Ativos Próprios	205	6.992	204	6.992
Provisão para devedores duvidosos	(173)	6.448	(653)	9.329
	825.173	781.844	1.115.714	1.067.054
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Matérias-primas consumidas	(285.239)	(264.368)	(306.794)	(301.225)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(139.782)	(143.361)	(299.446)	(282.671)
	(425.021)	(407.729)	(606.240)	(583.896)
Retenções				
Depreciação e amortização	(26.591)	(27.606)	(41.192)	(40.016)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	373.561	346.509	468.282	443.142
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(16.381)	(1.722)	-	-
Aluguéis e Royalties	30	1.041	-	1.041
Receitas financeiras	93.285	99.518	96.176	102.733
	76.934	98.837	96.176	103.774
Valor adicionado total a distribuir	450.495	445.346	564.458	546.916
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	116.430	109.759	153.996	153.270
Benefícios	16.474	16.008	25.762	22.455
F.G.T.S	12.494	11.428	13.910	12.824
Honorários e participações dos administradores	5.276	4.511	5.276	4.511
Participações dos empregados nos lucros	8.250	6.919	8.250	6.919
Plano de aposentadoria	935	1.104	935	1.104
	159.859	149.729	208.129	201.083
Tributos				
Federais	93.691	84.448	116.151	101.726
Estaduais	63.124	55.504	89.279	72.931
Municipais	597	445	723	590
	157.412	140.397	206.153	175.247
Financiadores				
Juros e despesas financeiras	64.504	86.770	77.820	100.089
Aluguéis	4.656	4.169	8.197	6.020
	69.160	90.939	86.017	106.109
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre o capital próprio e dividendos	52.697	16.809	52.697	16.809
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	95	196
Lucros retidos do exercício	11.367	47.472	11.367	47.472
Valor adicionado distribuído	450.495	445.346	564.458	546.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às informações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia

A Fras-le S.A. (“Companhia”), constituída na forma de uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com suas ações negociadas na BM&F Bovespa (“FRAS3”), tem por objeto principal a fabricação, a comercialização e a importação de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, materiais de fricção, produtos à base de resina, autopeças, artefatos de plásticos e seus derivados, bem como a prestação de assistência técnica, podendo participar no capital de outras sociedades. A Companhia, com sede na Rodovia RS 122, Km 66,1, nº10.945 - Caxias do Sul - RS, possui também operações através de empresas controladas sediadas no Brasil, Argentina, Estados Unidos, Chile, México, China, Alemanha, África do Sul, Emirados Árabes Unidos, Colômbia e Uruguai.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 01 de março de 2018.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de consolidação

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a possibilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentadas abaixo:

	Objeto Social	País-sede	31/12/2017 %	31/12/2016 %
Fras-le Argentina S.A. (a)	Representação e comércio de autopeças	Argentina	94,00	94,00
Fras-le North America, Inc. (a)	Fabricação e comércio de autopeças.	Estados Unidos da América	100,00	100,00
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	Representação e comércio de autopeças	Chile	99,00	99,00
Fras-le México S de RL de CV (a)	Representação e comércio de autopeças	México	99,66	99,66
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd (a)	Fabricação e comércio de autopeças	China	100,00	100,00
Fras-le Europe (a)	Representação e comércio de autopeças	Alemanha	100,00	100,00
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited (a)	Representação e comércio de autopeças.	África do Sul	100,00	100,00
Fras-le Middle East (a)	Representação e comércio de autopeças.	Emirados Árabes Unidos	100,00	100,00
Freios Controil Ltda (b)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores.	Brasil	99,99	99,99
Fras-le Panamericana S.A.S (a)	Representação e comércio de autopeças	Colômbia	100,00	-
PALR S.A (a)	Fabricação e comércio de autopeças	Argentina	100,00	-
FANACIF S.A (a)	Fabricação e comércio de autopeças	Uruguai	100,00	-
Armetal Autopartes S.A (c)	Distribuição de autopeças	Argentina	100,00	-
FARLOC Argentina S.A.I.C YF (d)	Fabricação de líquido de freios e fluidos refrigerantes	Argentina	76,09	-

- (a) Empresas controladas no exterior.
- (b) Empresa controlada no país.
- (c) Empresa controlada no exterior com controle direto retido pela PALR S.A.
- (d) Empresa controlada no exterior com controle direto retido pela Armetal Autopartes S.A.

c. Combinação de negócios - aquisição de controlada

Aquisição Grupo ARMETAL AUTOPARTES S.A.

Conforme fato relevante divulgado em 13 de novembro de 2017, a Companhia celebrou contratos de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças (“Contratos”), com o objetivo de adquirir as seguintes participações societárias: (i) ações representativas de 100% do capital social da PALR S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires, que por sua vez é controladora da ARMETAL AUTOPARTES S.A.; (ii) ações representativas de 99,99% do capital social da ARMETAL AUTOPARTES S.A., que, por sua vez detém 76,09% das ações representativas do capital social da FARLOC ARGENTINA S.A.C. y F., ambas sociedades anônimas constituídas de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires; e, (iii) ações representativas de 100% do capital social da FANACIF S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis do Uruguai, com sede em Montevidéu.

O principal objetivo da Companhia com o negócio é reforçar sua atuação global, aumentar o portfólio de produtos, expandir sua participação no mercado de distribuição de autopeças e ampliar sua capacidade produtiva.

O fechamento do negócio ocorreu efetivamente em 04 de dezembro de 2017, após o cumprimento das condições precedentes, inclusive a aprovação pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2017.

Em 1º de março de 2018 foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final do ágio, em conformidade com normas contábeis CPC 15 (R1) - Combinações de negócios (IFRS 3). Para essa avaliação foi considerada a data-base de 30 de novembro de 2017, data do último balanço levantado pelas adquiridas antes da data de aquisição.

A soma dos ativos líquidos adquiridos, resultam nos seguintes montantes:

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Ativo	Valor contábil	Valor justo
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	3.493	3.493
Clientes	26.620	26.620
Estoques	37.579	37.579
Outros ativos	9.747	9.747
Não circulante		
Outros ativos	1.511	1.511
Imobilizado	6.332	32.502
Intangível	-	48.648
Total do Ativo	85.282	160.100
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	15.529	15.529
Empréstimos	8.235	8.235
Outros passivos	11.138	11.138
Não circulante		
Outros passivos	5.578	5.578
Total do Passivo	40.480	40.480
Ativos líquidos de passivos	44.802	119.620

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida (d)	97.547
Patrimônio Líquido adquirido	41.306
Mais valia de ativos	
Imobilizado (a)	23.862
Intangível (b)	46.122
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (c)	(22.844)
Ágio apurado na operação líquido de efeito tributário	9.101

O preço de compra das Companhias adquiridas foi de R\$ 97.547, sendo que R\$ 87.508 foram pagos em caixa, dos quais R\$ 4.402 foram pagos em 2017 e o restante foi pago em 2018, R\$ 1.625 pela assunção de dívida dos vendedores com as adquiridas e R\$ 8.415 foram retidos pelo prazo de até 8 anos a partir da data de aquisição.

- (a) O ativo imobilizado das adquiridas na data de aquisição era composto majoritariamente por terrenos, imóveis, benfeitorias em imóveis de terceiros, máquinas e equipamentos. Para a avaliação do imobilizado foram aplicados método comparativo direto de dados de mercado e o método de quantificação do custo.

O primeiro consiste em analisar as condições de mercado e transações comparáveis ao ativo que está sendo avaliado e, assim, determina o valor justo onde os dados confiáveis e disponíveis sobre as vendas podem ser encontrados. Este método foi utilizado para a avaliação das máquinas, equipamentos, do imóvel de uma das unidades localizadas na Argentina e do terreno localizado no Uruguai.

O segundo método consiste em avaliar o valor e os valores associados para substituição, reposição ou reprodução dos ativos. Este método foi utilizado para avaliar as construções e benfeitorias do Uruguai, bem como o restante dos ativos tangíveis.

O valor da mais valia será depreciado pelo prazo da sua vida útil.

- (b) Os ativos intangíveis identificados, cujos valores puderam ser mensurados com segurança pela Companhia, referem-se à carteira de clientes das adquiridas e às marcas pertencentes à Armetal.

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MPEEM (“Multi Period Excess Earnings Method”), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi calculado um *attrition rate* médio, estimado com base na análise da carteira de clientes e faturamento histórico, representando uma vida útil econômica de 13 anos. O valor justo alocado à carteira de clientes na data de aquisição foi de R\$ 40.553, o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil.

O valor justo das marcas pertencentes à Armetal foi calculado considerando o método de “*relief-from-royalty*”. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar royalties por sua utilização. A economia de royalties foi determinada aplicando-se uma taxa de royalties de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de royalties de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. A vida útil econômica considerada para este intangível foi de 30 anos. O valor justo alocado à marca na data de aquisição foi de R\$ 5.569 o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil.

- (c) A Companhia registrou o imposto de renda e contribuição diferida passiva sobre a mais valia ativo imobilizado e ativos intangíveis, considerando as taxas nominais vigentes na data da aquisição na Argentina e no Uruguai, respectivamente. A realização no resultado será proporcional às respectivas depreciações e amortizações dos ativos.
- (d) A contraprestação envolvida nessa operação considerou o valor justo de todos os pagamentos e dívidas assumidas nessa operação. Os Contratos não contêm contraprestação contingente.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados por seu valor justo.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

b. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço de manutenção e assessoria é reconhecida com base no serviço prestado.

c. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as informações financeiras são convertidas para o Real na data do fechamento.

A moeda funcional de cada empresa está relacionada abaixo:

Controladas	Moeda funcional
Fras-le Argentina S.A.	Peso Argentino
Fras-le North America, Inc.	Dólar Americano
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda.	Peso Chileno
Fras-le México S de RL de CV	Peso Mexicano
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd	Iuan
Fras-le Europe	Euro
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited	Rande
Fras-Le Middle East	Dirham
Freios Controil Ltda	Real
Fras-le Panamericana S.A.S	Peso Colombia
PALR S.A	Peso Argentino
FANACIF S.A	Dólar Americano
Armetal Autopartes S.A.	Peso Argentino
FARLOC Argentina S.A.I.C YF	Peso Argentino

a. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

b. Transações e saldos com controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente em outros resultados abrangentes e acumulados em ajustes de avaliação patrimonial.

3.3 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

a.1 Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentados pela Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Caixa e equivalentes de caixa são classificados nessa categoria.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contraprestação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

a.2 Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e outros recebíveis.

b. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.

Saldo bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação do balanço patrimonial e da demonstração dos fluxos de caixa.

c. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

c.1 Hedge de Fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto do *hedge* afeta o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

3.4 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a. *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

inadimplência ou atrasos do devedor;

reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais;

indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência / recuperação judicial;

mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

b. *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

c. *Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

d. *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não são os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data do balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.5 Aplicação financeira de liquidez não imediata

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

3.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de sua conclusão e despesas para vender.

3.8 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R2)/ IAS28, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos, que não se enquadrem na categoria acima, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.9 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

O custo de materiais e mão de obra direta;

Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e

Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

c. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Vida útil média	% ano	Vida útil média	% ano
Edificações	38 anos	2,6	23 anos	4,3
Máquinas e equipamentos	11 anos	9,0	8 anos	11,5
Moldes	6 anos	16,6	7 anos	14,2
Veículos	6 anos	16,6	4 anos	24,9
Móveis e utensílios	5 anos	20,0	7 anos	12,8
Equipamentos de informática	3 anos	33,3	3 anos	27,3
Direito uso substação	-	-	3 anos	30,0

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.10 Ativos intangíveis

a. Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável até 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;

A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;

O software pode ser vendido ou usado;

O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;

Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e

O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 8 anos.

b. Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo.

O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contrapartida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento

é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contrapartida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2017, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, conforme Lei nº 9.249/95.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. Imposto corrente

Imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

b. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;

Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.13 Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo Contribuição Definida e um Benefício Mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um Plano Misto.

O Plano de Previdência, gerida pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, tem como objetivo principal a suplementação de Renda pós-carreira, aos empregados das Empresas Randon.

O Plano referido contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefício mínimo garantido.

A Companhia reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quanto aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (a) Os custos com o Plano de Pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- (b) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (c) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano foram amortizados linearmente durante os primeiros 20 anos, que teve início em Junho de 1994, não possuindo saldo remanescente de serviço anterior prestado pelos empregados em atividade;
- (d) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- (e) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o Plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade com a aplicação das probabilidades das tábuas “Experiência Empresas Randon no período 2008/2012”, e hipóteses de mortalidade e de Inválidos conforme estudo de aderência realizado em Novembro/2016.

3.14 Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota explicativa 12). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

3.15 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações, básico e diluído, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.16 Ações em tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

3.17 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente lucro, conforme destinação dada pela Administração da Companhia.

3.18 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.19 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de

desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

3.20 Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

3.21 Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 30 anos.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras individuais e consolidadas está incluída na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 17 - Provisão para litígios

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 12 - Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Nota explicativa 17 - Provisão para litígios

Nota explicativa 26 - Resultado financeiro

Nota explicativa 27 - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

c. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 22.

d. Benefícios de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível à mudanças nessas premissas. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota explicativa 12.

e. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

f. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g. Impairment de ativos não financeiros

A Companhia utiliza regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) gerados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor residual de um ativo for superior ao seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

A Companhia realizou avaliação de impairment de seus ativos não financeiros para o exercício de 2017 e não identificou a necessidade de registros de impairment além dos mencionados na nota explicativa 14.

5 Normas, alterações e interpretações de normas

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada, pois não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Espera-se que as seguintes normas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

5.1 Impacto estimado da adoção do CPC 48 / IFRS 9

A norma IFRS 9/CPC 48 substituirá a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma vigente IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças:

- (a) classificação e mensuração de ativos financeiros;
- (b) redução do valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”); e
- (c) contabilidade de hedge.

a. Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Nas tabelas abaixo, demonstramos a classificação dos ativos financeiros da Controladora e do Consolidado em 31 de dezembro de 2017 e como ficará a classificação a partir da data da adoção em 1º de janeiro de 2018:

Controladora

	31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC38		1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do Resultado	Custo amortizado/ Análise Perda Esperada	Valor justo por meio do Resultado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	18.639	-	18.639
Aplicações de liquidez imediata	-	197.497	-	197.497
Clientes	187.764	-	187.764	-
Clientes empresas ligadas	685	-	685	-
Aplicações de liquidez não imediata (CP)	-	241.473	-	241.473
Total	188.449	457.609	188.449	457.609

Consolidado

	31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC38		1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do Resultado	Custo amortizado/ Análise Perda Esperada	Valor justo por meio do Resultado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	33.716	-	33.716
Aplicações de liquidez imediata	-	204.057	-	204.057
Clientes	78.584	-	78.584	-
Clientes empresas ligadas	2.090	-	2.090	-
Aplicações de liquidez não imediata (CP)	-	241.473	-	241.473
Outros direitos realizáveis	191	-	191	-
Total	80.865	479.246	80.865	479.246

b. Redução ao valor recuperável - Modelo de perdas em crédito esperadas

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes.

Na avaliação realizada durante o exercício de 2017, a Companhia levou em consideração sua política atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, as características de risco de crédito das operações, os segmentos de atuação e dos clientes, bem como sua taxa história de inadimplência e estimativas futuras de perdas.

A Companhia entende que com a adoção da nova norma, a provisão para perdas com devedores duvidosos (provisão por redução do valor recuperável de contas a receber) não terá impactos significativos.

Contabilidade de hedge

A Companhia determinou que todas as relações de *hedge* existentes atualmente designadas como relações de *hedge* eficazes continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de *hedge* de acordo com a IFRS 9. A Companhia optou por não aplicar retrospectivamente a IFRS 9 na transição para os instrumentos de proteção (*hedges*) em que se excluam os componentes (*forward points*) de designação como *hedge* de acordo com a IAS 39. Uma vez que a IFRS 9 não altera os princípios gerais de como uma entidade contabiliza *hedges* efetivos, a aplicação dos requisitos de *hedge* da IFRS 9 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

5.2 Impacto estimado da adoção do CPC 47 / IFRS 15

A norma IFRS 15/CPC 47 substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas IFRS/CPC's. A nova norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15/CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia tem como principais receitas a venda de produtos. Durante o exercício de 2017, a Companhia realizou a avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, que compreendem: identificação do contrato com o cliente, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço da transação e reconhecimento da receita.

Ao preparar-se para a adoção da IFRS 15, a Companhia considerou como principais pontos, os seguintes:

Obrigações de desempenho

Nos contratos com clientes a Companhia não identificou obrigações de execução distintas relevantes nas vendas e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Espera-se que o reconhecimento de receita ocorra no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

Contraprestação variável

A Companhia possui alguns contratos com clientes que oferecem direito a descontos comerciais ou abatimentos por volume, para os quais os montantes de transações não são significativos. Atualmente, a Companhia reconhece a receita da venda de bens mensurados ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos comerciais, quando estes existirem.

Em relação às devoluções de vendas, as mesmas ocorrem de forma esporádica, não apresentam valores relevantes. Desta forma, concluímos que o impacto não será significativo.

A Companhia possui programas de incentivos de vendas para os quais, a Administração concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras da Companhia com a adoção da nova norma.

a. Componentes de financiamento

Em alguns contratos de venda, a Companhia recebe adiantamentos de seus clientes, porém, os mesmos são realizados a curto prazo e os valores recebidos não são considerados significativos, desta forma, a Companhia conclui que não haverá impactos significativos.

Com base nas análises realizadas, a Companhia não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega do produtos e bens. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma IFRS 15/CPC 47.

5.3 IFRS 16 Impacto da adoção do IFRS 16

IFRS 16, “Arrendamento”, emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo máximo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de rerepresentação dos saldos de anos anteriores.

A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma e entende que poderá gerar efeito sobre as suas divulgações, devido ao fato de, no momento inicial de adoção, termos um incremento no saldo do ativo não circulante referente ao direito de uso dos ativos e um incremento no saldo de passivo de arrendamento mercantil. O incremento inicial no passivo, como consequência, gerará um incremento na dívida líquida da Companhia.

Com relação à análise do resultado, teremos um impacto positivo no valor do EBTIDA da Companhia, visto que o valor das despesas referente aos arrendamentos operacionais, registradas no resultado operacional, darão lugar às despesas de juros dos arrendamentos mercantis, registradas no resultado financeiro, e às despesas de amortização com relação ao direito de uso dos contratos firmados.

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	353	129	15.148	25.706
Numerários em trânsito (a)	18.286	8.990	18.568	9.608
Aplicações financeiras (b)	197.497	209.410	204.057	220.930
	216.136	218.529	237.773	256.244

- (a) Os numerários em trânsito referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- (b) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 60% e 101% (90% a 101% em 31 de dezembro de 2016) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição do grupo a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota explicativa 27.

7 Aplicações financeiras de liquidez não imediata

Referem-se à aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) mantidas

em bancos de primeira linha, conforme demonstrado abaixo:

Aplicação	Remuneração média	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CDB	99,00 % a 102,50 % do CDI (99% a 102% do CDI)	241.473	274.181	241.473	274.181

8 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
No País	6.119	6.657	10.027	10.314
De terceiros	2.908	4.044	4.838	7.234
Partes relacionadas (Nota 11)	685	450	2.090	450
Vendor	2.526	2.163	3.098	2.630
No exterior	182.988	162.609	71.324	54.485
De terceiros	12.091	3.832	71.324	54.485
Partes relacionadas (Nota 11)	170.897	158.777	-	-
	189.107	169.266	81.351	64.799
Menos:				
Ajuste a valor presente	(658)	(1.070)	(681)	(1.126)
Provisão para devedores duvidosos	(1.047)	(874)	(2.877)	(2.224)
	187.402	167.322	77.793	61.449

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os prazos médios de recebimento para o mercado interno são de 09 dias, para o mercado externo oriundo de controladas 421 e 406 dias, e para mercado externo oriundo de terceiros 79 e 77 dias, respectivamente.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(874)	(7.322)	(2.224)	(11.553)
Adições	(1.405)	(3.111)	(2.595)	(3.840)
Baixas/realizações	1.232	9.559	1.942	13.169
Saldo no final do exercício	(1.047)	(874)	(2.877)	(2.224)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a análise dos saldos de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	97.614	44.557	76.663	44.338
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	5.828	15.164	2.897	14.403
De 31 a 60 dias	2.407	12.043	1.003	3.544
De 61 a 90 dias	2.270	12.530	319	1.217
De 91 a 180 dias	19.858	28.163	303	649
Acima de 181 dias	61.130	56.809	166	648
Total	189.107	169.266	81.351	64.799

A Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo. Nos saldos da controladora, o contas a receber vencido acima de 61 dias são representadas principalmente por venda de produtos para controladas (veja Nota explicativa 11), para a qual não há provisão para devedores duvidosos.

A exposição do grupo a risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na Nota explicativa 27.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	54.306	44.642	150.815	105.867
Produtos em elaboração	9.516	7.915	17.054	13.149
Matérias-primas	40.944	24.788	65.652	38.848
Materiais auxiliares e de manutenção	5.422	2.932	10.141	7.332
Adiantamentos a fornecedores	239	538	7.772	3.948
Importações em andamento	14.757	10.676	14.757	10.676
Provisão para perdas com estoques	(4.039)	(4.549)	(9.981)	(7.659)
	121.145	86.942	256.210	172.161

A movimentação da provisão para perdas com estoques está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(4.549)	(4.094)	(7.659)	(8.034)
Adição por combinação de negócio	-	-	(1.794)	-
Adições	(2.810)	(2.207)	(4.797)	(2.669)
Baixas / realizações	3.320	1.752	4.269	3.044
Saldo no final do exercício	(4.039)	(4.549)	(9.981)	(7.659)

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS (a)	6.256	4.765	6.321	4.866
IPI (b)	68	102	524	122
IR e CS (c)	5.833	2.829	6.429	3.212
COFINS (d)	3.035	2.972	3.049	2.974
PIS (d)	641	629	644	630
IVA (e)	-	-	13.061	9.596
Reintegra (f)	5.228	826	5.486	941
Outros	3.135	3.171	19.922	5.673
Total	24.196	15.294	55.436	28.014
Circulante	19.290	10.682	38.558	18.647
Não circulante	4.906	4.612	16.878	9.367
Total	24.196	15.294	55.436	28.014

- a. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)**
O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.
- b. Imposto sobre produtos industrializados (IPI)**
O saldo compõe-se substancialmente de valores originados das operações mercantis, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.
- c. Imposto de renda e contribuição social (IR e CS)**
Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.
- d. Programa de integração social e contribuição para o financiamento da seguridade social (PIS e COFINS)**
O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.
- e. Imposto sobre valor adicionado (IVA)**
O saldo é composto por créditos de imposto sobre valor adicionado a recuperar da controlada Fras-le Argentina. Os referidos créditos não prescrevem e a Companhia espera que sua recuperação ocorra dentro dos próximos 18 meses.
- f. Reintegra**
O saldo de Reintegra refere-se a um regime tributário no qual a Companhia toma crédito de tributos federais em casos de exportação de bens manufaturados existentes em sua cadeia de produção. A compensação de tais créditos ocorre quando do pagamento de qualquer outro tributo federal.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas controladas, as quais não foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

	Ativo			Passivo	
	Contas a receber por vendas	Dividendos a receber	Mútuos a receber	Contas a pagar	Mútuos a pagar
Randon S.A. Implementos e Participações (b)					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	585	-	-	632	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	315	-	-	27	-
Master Sistemas Automotivos Ltda (d)					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4	-	-	1	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda (d)					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	43	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	103	-	-	-	-
Jost do Brasil Sistemas Automotivos (d)					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13	-	-	-	-
Freios Controil Ltda (e)					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	53	-	768	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15	-	-	-	210
Fras-le Argentina S.A. (c)					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	34.360	438	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	23.969	513	-	-	-
Fras-le North America, Inc. (c)					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	133.478	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	133.738	-	-	-	-
Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c)					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	244	-	-	270	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	95	-	-	-	-
Fras-le Europe (c)					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.473	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	975	-	-	-	-
Fras-le Panamericana (c)					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.342	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas (a)					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2017	171.582	438	768	902	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	159.227	513	-	28	211

	Transações				Prazo médio	
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Outras Receitas	Outras Despesas	Recebimentos	Pagamentos
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	600	139	664	60	24	12
Saldo em 31 de dezembro de 2016	531	30	709	60	13	28
Randon Implementos para o Transporte Ltda (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	720	-	-	262
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	61
Randon S.A. Implementos e Participações (b)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	19.392	6.399	3.233	14.089	16	14
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.323	6.027	6.116	15.358	9	35
Master Sistemas Automotivos Ltda (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	19.744	410	2.742	80	9	14
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13.876	485	2.429	178	9	25
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.106	58	1.715	28	6	12
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.523	10	259	10	22	8
Freios Controil Ltda (e)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	209	341	-	-	19	44
Saldo em 31 de dezembro de 2016	210	-	-	-	31	-
Randon Consórcios Ltda (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	7	17	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-
Banco Randon S.A. (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	6.361	-	18
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	7.049	-	-
Fras-le Argentina S.A. (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	42.588	-	-	-	227	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	43.221	-	-	-	211	-
Fras-le North America, Inc (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	93.497	3	-	1.112	499	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	89.146	-	-	1.184	337	-
Fras-le Mexico S de RL de CV (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	413	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	795	-	-
Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	381	3.095	-	-	105	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	266	3.067	-	-	111	-
Fras-le Europe (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.322	-	-	374	101	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.554	-	-	-	102	-
Fras-le Africa Aut (Pty) Limited (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	515	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	729	-	-
Fras-le Andina (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	200	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	235	-	-
Fras-le Middle East (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	427	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	266	-	-

	Transações				Prazo médio	
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Outras Receitas	Outras Despesas	Recebimentos	Pagamentos
Outras Partes Relacionadas (a)						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	83	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	47	122	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	181.839	10.445	9.081	23.759	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	159.650	9.619	9.560	3.574	-	-

- (a) Saldos de mútuos a pagar mantidos com diretores e membros do Conselho de Administração e saldos mantidos com outras partes relacionadas.
- (b) Controladora direta da Companhia. A controladora final da Companhia é a Dramd Participações e Administração Ltda.
- (c) Sociedades controladas no exterior.
- (d) Empresas controladas pelo controlador direto Randon S.A. Implementos e Participações.
- (e) Empresas controladas no Brasil.

As transações de vendas com partes relacionadas referem-se à vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados nos quais estão sediadas, e vendas de insumos utilizados na produção, e prestação de serviços. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta-corrente, relativos aos contratos de mútuo entre controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados *pro rata tempore* pela taxa DI-Extra, editada pela Anbima, sem juros.

Os saldos em aberto no exercício findo não possuem garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas

A Companhia definiu como pessoal-chave da Administração: o Conselho de Administração, a diretoria estatutária e o Conselho Fiscal. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e com assistência médica)	5.034	4.606	5.034	4.606
Benefícios pós-emprego - contribuições para Randonprev	146	226	146	226
Total	5.180	4.832	5.180	4.832

A Companhia não pagou às pessoas-chave da administração remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

12 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2017 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada, com base nos cálculos do atuário independente, utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

A Companhia oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições são feitas em fundos separados dos fundos próprios da Companhia.

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesa líquida com benefício (reconhecida no custo de vendas)				
Custo de serviço corrente	142	211	142	211
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	284	365	284	365
Receita de juros sobre ativos do plano	(543)	(543)	(543)	(543)
Juros sobre o superávit irrecuperável	245	161	245	161
	128	195	128	195
Custo de benefício definido no resultado				
Rendimento real dos ativos do plano	1.940	503	2.543	503

Ativo (passivo) de benefícios

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Obrigações com benefícios definidos	(2.419)	(2.704)	(2.634)	(2.704)
Valor justo dos ativos do plano	6.852	4.892	7.461	4.892
Ajuste devido	(4.433)	(2.188)	(4.827)	(2.188)
Ativo de benefícios	-	-	-	-

As movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2015	(2.934)	(2.934)
Custo de juros	(365)	(365)
Custo do serviço corrente	(211)	(211)
Benefícios pagos	60	60
Ganhos atuariais sobre obrigações	746	746
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2016	(2.704)	(2.704)
Custo de juros	(284)	(284)
Custo do serviço corrente	(142)	(357)
Benefícios pagos	115	115
Ganhos atuariais sobre obrigações	596	596
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2017	(2.419)	(2.634)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015	4.199	4.199
Retorno sobre o investimento	503	503
Contribuição do empregador	250	250
Benefícios pagos	(60)	(60)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016	4.892	4.892
Retorno sobre o investimento	1.940	2.543
Contribuição do empregador	135	142
Benefícios pagos	(115)	(115)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017	6.852	7.462

A Companhia espera contribuir com R\$ 1.969 aos seus planos de previdência com benefício definido em 2018. As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ações	1.472	903	1.603	903
Títulos	5.380	3.989	5.859	3.989
	6.852	4.892	7.462	4.892

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao exercício ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

	2017	2016
Taxa de desconto	9,78%	11,80%
Taxa de crescimento salarial	6,42%	7,03%
Taxa de crescimento de benefícios	4,25%	4,85%
Expectativa de vida (em anos) em planos de previdência privada para participantes assistidos com 60 anos:		
Homens	24,59	24,59
Mulheres	27,42	27,42

As expectativas estimadas de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Contribuições esperadas para o próximo exercício Empresa	137	153
	137	153
Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido		
Pagamentos de benefícios esperados no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018	232	266
Pagamentos de benefícios esperados nos exercícios a findar-se em 31 de dezembro de 2018 a 31 de dezembro de 2026	3.043	3.301
	3.275	3.567
Análise da obrigação de benefício definido por categoria do participante		
Participantes ativos	2.297	2.512
Benefício proporcional diferido	122	122
	2.419	2.634
Informações Patrimoniais		
Percentual de alocação total em 31 de dezembro de 2017	11%	11%
Renda variável	88%	88%
Renda fixa	1%	1%
	100%	100%
Resultado do exercício		
Custo de serviço corrente	152	168
Juros líquido sobre passivo/(ativo) líquido	(7)	(7)
	145	161

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade do valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2017:

	Valor Presente da Obrigação (VPO) 2017	1% Aumento - Efeito no VPO	1% Redução - Efeito no VPO
Patrocinadora			
Fras-le S.A.	2.419	(154)	176
Controil	215	(14)	16

Conforme item 145 do CPC33 (R1) Benefícios a Empregados e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto. A combinação da taxa real de desconto com a taxa de inflação,

resulta na taxa nominal de desconto igual a 9,78% a.a..Considerando o aumento de 1% na taxa de desconto, esta sensibilidade representará um acréscimo de R\$ 168 no valor do VPO, e, com a a redução de 1% nesta taxa, haverá a redução no VPO de R\$ 192. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de colaboradores por empresa.

13 Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Participação em empresas controladas	188.800	93.422	-	-
Ágio PALR e Fanacif	9.101	-	-	-
Outros investimentos	-	-	396	464
Lucro não realizado nos estoques	(13.266)	(12.876)	-	-
	184.635	80.546	396	464
Classificado no ativo não circulante - Investimento	217.147	96.606	396	464
Classificado no passivo não circulante - Provisão para perda com investimento	(32.512)	(16.060)	-	-
Total dos investimentos líquidos	184.635	80.546	396	464

Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldos no início do exercício	80.546	96.033	464	761
Variação cambial das investidas	(501)	(17.566)	(68)	(297)
Equivalência patrimonial	(16.381)	(1.722)	-	-
Lucro não realizado nos estoques da controladora	(390)	12.209	-	-
Aquisição conforme combinação de negócio	41.308	-	-	-
Mais Valia	69.984	-	-	-
Ágio PALR e Fanacif	9.101	-	-	-
Avaliação Randonprev	138	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	(8.328)	-	-
Outros investimentos	830	(80)	-	-
Saldos no final do exercício	184.635	80.546	396	464

Movimentação dos saldos

	Fras-le North América	Fras-le Argentina	Fras-le Andina	Fras-le México	Fras-le Friction	Fras-le Europe	Fras-le Africa	Freios Controil	Fras-le Middle	Fras-le Panamericana	PALR	FANACIF	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2017	(16.060)	14.320	300	523	35.733	5.902	668	51.732	304	-	-	-	93.422
- Equivalência patrimonial	(16.017)	1.193	(20)	1	909	76	(304)	(1.844)	(28)	(303)	458	(502)	(16.381)
- Aquisição conforme combinação de negócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.361	9.947	41.308
- Mais Valia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.473	16.511	69.984
- Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	830	-	-	830
- Avaliação Randonprev	-	-	-	-	-	-	-	138	-	-	-	-	138
- Ajustes acumulados de conversão	(435)	(2.210)	34	10	3.059	905	46	-	2	-	(2.050)	138	(501)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(32.512)	13.303	314	534	39.701	6.883	410	50.026	278	527	83.242	26.094	188.800

Informações das investidas

	Fras-le North América	Fras-le Argentina	Fras-le Andina	Fras-le México	Fras-le Friction	Fras-le Europe	Fras- le Africa	Freios Controil	Fras-le Middle	Fras-le Panamericana	PALR	FANACIF	31/12/2017	31/12/2016
Capital social	21.793	6.622	24	2	25.120	2.133	55	5		815	5.835	13.780	-	-
Ações (em lote de mil)														
- Ordinárias	1	13.352	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Quotas	-	-	1	1	1	1	1	54.988	1	1	1	1	-	-
Participação no capital social, no final do exercício- %	100	94	99	99,66	100	100	100	99,99	100	100	100	100	-	-
Ativos	126.251	56.420	333	546	51.018	13.652	428	64.249	280	2.064	60.950	29.066	-	-
Passivos	158.763	42.268	15	10	11.318	6.954	19	14.221	3	1.537	29.726	19.484	-	-
Patrimônio líquido ajustado	(32.512)	14.152	318	536	39.700	6.698	410	50.028	277	527	29.769	9.582	-	-
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(16.017)	1.270	(20)	1	909	76	(304)	(1.844)	(28)	(303)	458	(502)	-	-
Avaliação Randonprev	-	-	-	-	-	-	-	138	-	-	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	(435)	(2.210)	34	10	3.059	905	46	-	2	-	(2.050)	138	(501)	(17.566)
Resultado da equivalência patrimonial	(16.017)	1.193	(20)	1	909	76	(304)	(1.844)	(28)	(303)	458	(502)	(16.381)	(1.722)
Valor do investimento líquido	(32.512)	13.303	314	534	39.701	6.883	410	50.026	278	527	83.242	26.094	188.800	93.422

14 Imobilizado

Controladora

Custo do imobilizado bruto	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor e importações em andamento	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2016	143.010	414.756	10.160	7.633	1.431	17.633	2.065	596.688
Aquisições	-	3.061	22	117	71	5.221	-	8.492
Baixas	-	(4.580)	(7)	(55)	-	(96)	-	(4.738)
Transferências	578	18.650	31	34	-	(17.250)	(2.062)	(19)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	143.588	431.887	10.206	7.729	1.502	5.508	3	600.423
Aquisições	72	5.089	35	525	-	8.841	1.204	15.766
Baixas	(80)	(8.437)	(31)	(30)	(474)	-	-	(9.052)
Transferências	305	4.921	71	17	2	(5.508)	-	(192)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	143.885	433.460	10.281	8.241	1.030	8.841	1.207	606.945
Depreciação e perda ao valor recuperável								
Saldo em 01 de janeiro de 2016	(41.137)	(256.935)	(7.790)	(6.745)	(1.036)	-	-	(313.643)
Depreciação	(3.730)	(20.388)	(350)	(296)	(70)	-	-	(24.834)
Baixas	-	4.119	6	50	-	-	-	4.175
Transferências	(2)	2	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(44.869)	(273.202)	(8.134)	(6.991)	(1.106)	-	-	(334.302)
Depreciação	(3.679)	(19.662)	(316)	(313)	(41)	-	-	(24.011)
Baixas	76	7.217	30	28	176	-	-	7.527
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(48.472)	(285.647)	(8.420)	(7.276)	(971)	-	-	(350.786)
Valor líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	98.719	158.685	2.072	738	396	5.508	3	266.121
Saldo em 31 de dezembro de 2017	95.413	147.813	1.861	965	59	8.841	1.207	256.159

Consolidado

	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor e importações em andamento	Total
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 01 de janeiro de 2016	153.578	618.482	12.127	10.250	2.004	28.788	2.065	827.294
Aquisições	-	3.332	38	137	70	6.574	-	10.151
Baixas	-	(10.290)	(11)	(70)	(97)	(260)	-	(10.728)
Transferências	779	18.758	34	80	-	(17.608)	(2.062)	(19)
Variação cambial	(1.972)	(17.066)	(242)	(329)	(116)	(1.655)	-	(21.380)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	152.385	613.216	11.946	10.068	1.861	15.839	3	805.318
Aquisições	81	5.720	474	612	-	34.546	1.235	42.668
Aquisições de novos negócios (Nota 2.3 c)	2.382	11.597	174	638	764	743	13	16.311
Mais valia	19.165	4.477	118	-	103	-	-	23.863
Baixas	(79)	(20.333)	(467)	(221)	(559)	(913)	-	(22.572)
Transferências	8.258	9.161	77	30	3	(17.722)	-	(193)
Variação cambial	182	2.432	2	47	(41)	122	-	2.744
Saldo em 31 de dezembro de 2017	182.374	626.270	12.324	11.174	2.131	32.615	1.251	868.139
Depreciação e perda do valor recuperável								
Saldo em 01 de janeiro de 2016	(45.060)	(363.839)	(9.276)	(8.788)	(1.417)	-	-	(428.380)
Depreciação	(4.509)	(31.247)	(454)	(490)	(107)	-	-	(36.820)
Baixas	-	9.788	11	65	37	-	-	9.914
Transferência	(2)	2	36	(36)	-	-	-	-
Perdas por redução ao valor recuperável	(3.700)	(6.941)	-	-	-	(1.309)	-	(11.950)
Variação cambial	786	5.947	176	236	74	-	-	7.219
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(52.485)	(386.290)	(9.507)	(9.013)	(1.413)	(1.309)	-	(460.017)
Depreciação	(3.884)	(33.229)	(630)	(506)	(76)	-	-	(38.325)
Depreciação novos negócios	(1.127)	(8.008)	(143)	(321)	(380)	-	-	(9.979)
Baixas	76	21.656	476	306	237	-	-	22.751
Transferência	-	(14)	14	-	-	-	-	-
Perdas por redução ao valor recuperável	(3.282)	(5.749)	-	-	-	-	-	(9.031)
Variação cambial	(191)	(1.363)	(2)	(48)	15	(19)	-	(1.608)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(60.893)	(412.997)	(9.792)	(9.582)	(1.617)	(1.328)	-	(496.209)
Valor líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	99.900	226.926	2.439	1.055	448	14.530	3	345.301
Saldo em 31 de dezembro de 2017	121.481	213.273	2.532	1.592	514	31.287	1.251	371.930

Em 31 de dezembro de 2017, ao realizar os testes de redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia identificou que a unidade geradora de caixa de Blocos, localizada na controlada Fras-le North-America Inc., não apresenta viabilidade econômica no momento, e a Administração não possui expectativa de recuperar, em sua integralidade, os montantes investidos no projeto. O cenário de desvalorização do Real - R\$ frente ao Dólar - US\$ tiveram impacto favorável no aumento da produção de blocos no Brasil em relação à produção que seria realizada nos Estados Unidos da América, sendo esse o principal motivo para o reconhecimento de *impairment* nessa unidade. A unidade Blocos gerou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, um *impairment* de R\$ 9.031 (R\$ 11.950 em 31 de dezembro de 2016), sendo o *impairment* total desta unidade em 31 de dezembro de 2017 R\$ 21.160 (R\$ 11.950 em 31 de dezembro de 2016).

Com exceção do exposto acima, a Companhia não identificou a existência de indicadores onde outros ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento consolidadas estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais, conforme relacionado abaixo, e espera-se que esses projetos sejam concluídos ao longo de 2018.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fabricação de ferramentais	220	59	1.337	1.204
Fabricação e instalação de máquinas e equipamentos	8.430	5.041	29.250	12.918
Construções e benfeitorias em imóveis	191	408	700	408
	8.841	5.508	31.287	14.530

Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 252 (R\$ 502 em 31 de dezembro de 2016). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 0,50% ao mês (0,16% ao mês em 31 de dezembro de 2016), que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

15 Intangível

Controladora

Custo	Software e licenças	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2016	<u>30.010</u>	<u>30.010</u>
Transferência	19	19
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>30.029</u>	<u>30.029</u>
Aquisições	17	17
Baixas	(262)	(262)
Transferência	193	193
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>29.977</u>	<u>29.977</u>
Amortização e perda do valor recuperável		
Saldo em 01 de janeiro de 2016	<u>(17.263)</u>	<u>(17.263)</u>
Amortização	(2.772)	(2.772)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(20.035)</u>	<u>(20.035)</u>
Amortização	(2.580)	(2.580)
Baixas	164	164
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(22.451)</u>	<u>(22.451)</u>
Valor residual líquido		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>9.994</u>	<u>9.994</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>7.526</u>	<u>7.526</u>

Consolidado

Custo	Intangível em andamento	Software licenças	Carteira de clientes	Marcas registradas	Ágios	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2016	267	35.242	-	-	-	35.509
Aquisições	7	263	-	-	-	270
Baixas	-	(2)	-	-	-	(2)
Transferência	-	19	-	-	-	19
Variação cambial	(44)	(262)	-	-	-	(306)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	230	35.260	-	-	-	35.490
Aquisições	1.589	713	-	-	-	2.302
Mais Valia	-	-	40.553	5.569	9.101	55.223
Baixas	(729)	(2.273)	-	-	-	(3.002)
Transferência	-	193	-	-	-	193
Variação cambial	3	93	-	-	-	96
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.093	33.986	40.553	5.569	9.101	90.302
Amortização e perda do valor recuperável						
Saldo em 01 de janeiro de 2016	-	(21.483)	-	-	-	(21.483)
Amortização	-	(3.209)	-	-	-	(3.209)
Variação cambial	-	140	-	-	-	140
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(24.552)	-	-	-	(24.552)
Amortização	-	(2.867)	-	-	-	(2.867)
Baixas	-	2.088	-	-	-	2.088
Variação cambial	-	(44)	-	-	-	(44)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(25.375)	-	-	-	(25.375)
Valor residual líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	230	10.708	-	-	-	10.938
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.093	8.611	40.553	5.569	9.101	64.927

Os ativos intangíveis referem-se a direitos sobre *softwares* e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em oito anos.

16 Adesão à programas tributários

(i) Programa de Regularização Tributária (PRT)

A Companhia e a controlada Freios Controil Ltda aderiram ao Programa de Regularização Tributária PRT nos termos da Medida Provisória nº 766 de 04 de janeiro de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1687 de 31 de janeiro de 2017.

O objetivo dessa adesão, foi incluir eventuais discussões administrativas e judiciais detidas juntos às autoridades fiscais federais, em função dos benefícios gerados para a Companhia e controlada com a utilização de prejuízos fiscais de entidades do mesmo grupo econômico e a finalização dessas discussões .

Os montantes das dívidas tributárias incluídas no PRT foram os seguintes:

	Controladora	Consolidado
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.073)	(1.073)
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	(504)
Imposto de Renda Retido na fonte (IRRF)	(667)	(667)
Drawback - Tributos Federais	(2.415)	(2.415)
Multa	(831)	(1.209)
Juros	(3.725)	(4.255)
Outros	(301)	(301)
Total	(9.012)	(10.424)

A Companhia optou pelo pagamento à vista e em espécie de 20% dos débitos e liquidação de 80% com a utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Na liquidação destes saldos foram utilizados R\$ 1.129 de prejuízos fiscais próprios, da controlada direta Freios Controil Ltda e R\$ 7.210 com a aquisição de prejuízos fiscais da coligada Randon Implementos para o Transporte Ltda, com deságio de 10%, gerando um benefício de R\$ 721 no resultado.

	Montante das dívidas incluídas no PRT	Redução por pagamento em dinheiro	Prejuízos fiscais utilizados
Controladora			
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.073	215	858
Imposto de Renda Retido na fonte (IRRF)	667	133	534
Drawback - Tributos Federais	2.415	483	1.932
Multa	831	166	665
Juros	3.725	745	2.980
Outros	301	60	241
Total	9.012	1.802	7.210
Consolidado			
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.073	215	858
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	504	101	403
Imposto de Renda Retido na fonte (IRRF)	667	133	534
Drawback - Tributos Federais	2.415	483	1.932
Multa	1.209	242	967
Juros	4.255	851	3.404
Outros	301	60	241
Total	10.424	2.085	8.339

Os efeitos contábeis no resultado foram:

	Controladora	Consolidado
Montante das dívidas incluídas no PRT	(9.012)	(10.424)
Crédito de impostos	1.400	1.400
Deságio na aquisição de prejuízos fiscais	<u>721</u>	<u>721</u>
Efeito no resultado	<u>(6.891)</u>	<u>(8.303)</u>

Os valores apresentados foram considerados conforme a Medida Provisória nº 766 de 04 de janeiro de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1687 de 31 de janeiro de 2017.

(ii) Programa Especial de Quitação e Parcelamento (REFAZ)

Através do Decreto nº 53.417/2017, O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, instituiu o “REFAZ”, que é um programa especial de parcelamento e quitação de débitos fiscais provenientes do ICMS, bem como de Autos de Lançamento oriundos de denúncias espontâneas, vencidos até 30 de junho de 2016.

A Companhia aderiu a este programa para regularizar o ICMS decorrente de Auto de Lançamento oriundo de denúncia espontânea de um Ato Concessório de Drawback, na modalidade suspensão, no montante de R\$ 4.137. Com a regularização do referido débito a Companhia se beneficiou com a redução de 40% dos juros e 65% da multa e o impacto líquido no resultado foi de R\$ 951.

	Controladora/Consolidado
Montante das dívidas incluídas no REFAZ	(4.137)
Crédito de impostos	2.201
Redução multa	413
Redução juros	<u>572</u>
Efeito no resultado	<u>(951)</u>

(iii) Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária PERT nos termos da Medida Provisória 783 de 31 de maio de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.711 de 16 de junho de 2017 e convertida na lei 13.496 de 24 de outubro de 2017.

Os montantes das dívidas tributárias incluídas no PERT foram os seguintes:

	Controladora/Consolidado
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	(1.618)
PIS e COFINS	(692)
Juros	(6.174)
Encargos	<u>(1.697)</u>
Total	<u>(10.181)</u>

A adesão da Companhia no PERT- demais débitos, teve como opção o pagamento à vista de 5% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 2 parcelas mensais e sucessivas, de novembro a dezembro de 2017, e o restante liquidado integralmente em janeiro de 2018.

Controladora/Consolidado	Montante das dívidas incluídas no PERT	Redução por pagamento em 2017	Redução multa e juros	Saldo a pagar em 2018
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	(1.618)	81	-	1.537
PIS e COFINS	(692)	34	-	658
Juros	(6.174)	309	5.279	586
Encargos	(1.697)	85	1.612	-
Total	(10.181)	509	6.891	2.781

Os efeitos contábeis no resultado foram:

	Controladora/Consolidado
Montante das dívidas incluídas no PERT	(10.181)
Redução juros e encargos	6.891
Efeito no resultado	(3.290)

17 Provisão para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

Passivo contingente

O quadro a seguir demonstra, nas datas-base de 31 de dezembro de 2017 e 2016, os valores estimados do risco contingente (perda) atualizados, conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora

Passivo	31/12/2017			31/12/2016			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	31/12/2017	31/12/2016
Contingente								
a) cível	-	151	-	-	682	58	-	-
b) tributário	-	5.705	14.554	-	28.762	20.371	4.668	4.668
c) trabalhista	5.387	23.898	9	5.271	18.259	591	6.196	3.282
d) previdenciário	223	-	-	735	-	-	60	60
Total	5.610	29.754	14.563	6.006	47.703	21.020	10.924	8.010

Consolidado

Passivo	31/12/2017			31/12/2016			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	31/12/2017	31/12/2016
Contingente								
a) cível	-	9.034	-	-	7.370	58	-	-
b) tributário	89	7.155	14.559	1.280	31.858	20.985	4.668	4.667
c) trabalhista	7.732	28.109	9	5.354	19.078	591	6.916	3.773
d) previdenciário	223	-	-	735	-	-	60	60
Total	8.044	44.298	14.568	7.369	58.306	21.634	11.644	8.500

Cível - Trata-se, principalmente, de ações relacionadas a contratos de prestação de serviço e representação comercial, que tem por objeto a discussão quanto à obrigação contratual.

Tributário - Representado por autuações da Fazenda Federal e Estadual que se encontram em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

A Companhia responde por processos em andamento para os quais, quando há probabilidade de perda possível ou remota, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas defesas, alegando a improcedência de tais autuações. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

- a. **Imposto de Importação** - A Companhia foi autuada, sob a presunção de descumprimento da proporção - Bens de Capital Nacional x Bens de Capital - e consequente infração ao disposto no art. 2º, inciso II, da Lei nº 9.449/97, e art. 6º do Decreto nº 2.072/96. O processo tramita na esfera administrativa com decisão favorável para a Companhia até o momento. O valor envolvido é de R\$ 9.294.
- b. **Contribuição Social** - A Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos ao saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos - retenção - realizados no exterior, o saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não estaria confirmado, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 1.070.
- c. **ICMS** - A Companhia foi autuada pela SEFAZ/RS (Auto de Lançamento nº 0024041297), com exigência de ICMS, multa e juros, em razão da glosa, pelo Fisco, do crédito presumido do ICMS sobre os custos do transporte das aquisições de aço. O processo tramita na esfera judicial e está aguardando julgamento em primeira instância. O valor atribuído à causa é de R\$ 2.065.
- d. **Saldo Negativo de CSLL** - A Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade contra Despacho Decisório, visando a restituição de saldo negativo de CSLL do ano-base 2006, uma vez que a Receita Federal do Brasil não aceitou compensar crédito de PIS com CSLL. O processo tramita na esfera administrativa e aguarda julgamento da manifestação. O valor envolvido é de R\$ 1.244.
- e. **Crédito Prêmio IPI** - A Companhia ingressou com ação judicial objetivando a compensação entre os valores referentes ao crédito-prêmio do IPI devido à União - Fazenda Nacional, referente as exportações de produtos manufaturados no período de 21/05/1982 a 30/04/1985, deduzido do valor do IPI incidente sobre as operações dela no mercado interno. O valor envolvido é de R\$ 2.660, o qual está garantido por depósito judicial. O processo aguarda julgamento de recurso pelo TRF.

Trabalhista - Diversas reclamações trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a pleitos indenizatórios, horas extras e insalubridade.

Previdenciário - Referem-se a autuações decorrente de Contribuição Previdenciária - INSS.

Ativo contingente

O demonstrativo, na data-base de 31 de dezembro de 2017 e 2016, contendo informações sobre contingências ativas (ganho), conforme opinião de seus assessores jurídicos, está abaixo detalhado:

Controladora

Ativo Contingente	31/12/2017			31/12/2016		
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
(a) Cível	76	449	-	55	500	-
(b)Tributário	1.709	9.628	-	24.163	12.565	30
Total	1.785	10.077	-	24.218	13.065	30

Consolidado

Ativo Contingente	31/12/2017			31/12/2016		
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
(a) Cível	76	459	-	55	500	-
(b)Tributário	1.709	9.628	-	24.413	12.565	30
Total	1.785	10.087	-	24.468	13.065	30

- (a) Cível - trata-se de ações de recuperação de créditos (cobrança e execução), os quais já tem provisão para perdas contábeis, contudo os processos continuam tramitando em juízo e caso a Companhia tenha sucesso terá sua provisão revertida.
- (b) Tributário - representadas basicamente por ações federais relativas a Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social -COFINS; Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

A Companhia não registra contabilmente ganhos contingentes, pois somente os contabiliza após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

Movimentação da provisão para litígios

A movimentação dos processos é como segue:

Controladora

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Realização/ Baixas	Saldo em 31/12/2017
Trabalhistas	5.271	116	-	5.387
Previdenciário	735	-	(512)	223
	6.006	116	(512)	5.610

Consolidado

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Realização/ Baixas	Saldo em 31/12/2017
Trabalhistas	5.354	2.378	-	7.732
Tributárias	1.280	-	(1.191)	89
Previdenciário	735	-	(512)	223
	<u>7.369</u>	<u>2.378</u>	<u>(1.703)</u>	<u>8.044</u>

18 Empréstimos e financiamentos

	Indexador	Juros	Vencimento final do contrato	Controladora		Consolidado	
				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários - FINEP	TJLP/Taxa fixa	4% a 5% a.a. 1,97% a 5%	02/2020	3.786	3.793	3.786	3.793
BNDES	TJLP	a.a.	11/2019	7.804	7.753	7.804	7.753
Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	3.934	2.950	3.934	2.950
Empréstimo Capital de Giro	TJLP	9,94% a.a.	08/2018	-	-	66	1.425
Vendor	Selic	3% a.a.	02/2018	2.526	2.163	3.098	2.630
Leasing Banco IBM	CDI		09/2017	-	335	-	335
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários	Libor + Variação cambial	4% a.a.	12/2032	-	-	12.872	12.266
Empréstimos bancários	Taxa fixa	20,6% a.a.	11/2018	-	-	2.294	431
BNDES	Taxa variável BNDES	1,97% a.a.	01/2020	2.349	2.320	2.349	2.320
IFC financiamento	Libor+	3% a.a.	10/2017	-	4.377	-	4.377
Resolução 2770 NCE	Libor + Variação cambial	4,5% a.a.	03/2020	31.367	31.385	31.367	31.385
ACC	Taxa fixa + Variação cambial	3,4% a 5,0% a.a.	11/2018	67.468	47.642	67.468	47.642
				<u>119.234</u>	<u>102.718</u>	<u>135.038</u>	<u>117.307</u>
Não circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários - FINEP	TJLP/Taxa fixa	4% a 5% a.a.. 1,97% a 5%	02/2020	4.400	8.172	4.400	8.172
BNDES	TJLP	a.a.	11/2019	7.108	14.715	7.108	14.715
Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	19.808	22.508	19.808	22.508
Empréstimo Capital de Giro	TJLP	9,94% a.a.	08/2018	-	-	-	65
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários	Libor + Variação cambial	4% a.a.	12/2032	-	-	6.263	11.851
Empréstimos bancários	Taxa fixa	20,6% a.a.	11/2018	-	-	-	2.687
BNDES	Taxa variável BNDES	1,97% a.a.	01/2020	2.530	4.793	2.530	4.793
Resolução 2770 NCE	Libor + Variação cambial	4,5% a.a.	03/2020	45.109	74.070	45.109	74.070
				<u>78.955</u>	<u>124.258</u>	<u>85.218</u>	<u>138.861</u>
Total de empréstimos sujeitos a juros				<u>198.189</u>	<u>226.976</u>	<u>220.256</u>	<u>256.168</u>

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais/fianças da Randon S.A. Implementos e Participações no valor de R\$ 128.196 (R\$ 176.837 em 31 de dezembro de 2016).

Os contratos de financiamentos perante o International Finance Corporation (IFC) e os contratos perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contêm cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os índices financeiros estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia assinou o Termo de Ajuste perante o Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

A subvenção governamental/incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 54 meses e prazo de pagamento em 96 meses, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros em 3% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado é apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos, conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem - RS.

Para incremento de valor financiado, a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- Faturamento bruto incremental mensal;
- ICMS incremental mensal; e
- Número de empregos diretos incrementais.

Vendor

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2017, operações financeiras de *vendor* em aberto com seus clientes no montante de R\$ 2.526 na controladora e R\$ 3.098 no consolidado (R\$ 2.163 na controladora e R\$ 2.630 no consolidado em 31 de dezembro de 2016), nas quais participa como interveniente garantidora.

Nessas operações, a Companhia realiza a liquidação das operações em aberto caso o cliente devedor do contas a receber, vinculado à operação, não realize o pagamento perante a instituição financeira no prazo pactuado entres as partes.

Desde março de 2014, essas operações são realizadas pela coligada Banco Randon S.A., e este assume parte dos riscos relacionados à inadimplência e/ou pagamento após o prazo pelo cliente.

O montante reconhecido como passivo financeiro é contrapartida dos montantes antecipados pela instituição financeira à Companhia, cujo contas a receber de origem ainda não foi reconhecido, considerando a retenção de riscos pela Companhia relacionados à inadimplência e/ou ao pagamento após o prazo pelo cliente. O prazo médio de vencimento dessas operações é de 35 dias.

Movimentação dos passivos do Fluxo de Caixa das atividades de financiamento

Conforme requerido pelo CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa, a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Controladora

	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2017
	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	
Saldo em 31/12/2016					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	226.976	(33.943)	(8.452)	10.179	198.189
Juros sobre capital próprio e dividendos	6.991	-	(40.973)	57.725	23.743

	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2016
	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	
Saldo em 31/12/2015					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	324.895	(71.984)	(12.674)	12.809	226.976
Juros sobre capital próprio e dividendos	6.773	-	(17.690)	17.908	6.991

Consolidado

	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2017
	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	
Saldo em 31/12/2016					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	256.168	(40.816)	(9.649)	11.195	220.256
Juros sobre capital próprio e dividendos	6.991	-	(40.973)	57.725	23.743

	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2016
	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dívidas e juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	
Saldo em 31/12/2015					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	382.158	(90.472)	(14.518)	14.528	256.168
Juros sobre capital próprio e dividendos	6.773	-	(17.690)	17.908	6.991

19 Capital social e reservas

Ações autorizadas	31/12/2017	31/12/2016
Ações ordinárias	<u>500.000</u>	<u>500.000</u>
Ações ordinárias emitidas e totalmente integralizadas	Em milhares	R\$
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016	<u>214.566</u>	<u>600.000</u>

Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva geral de lucros

Tem a finalidade de assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas. É formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo o valor que não poderá exceder, com a reserva legal, o valor do capital social.

Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são compostos como segue:

	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>				
	Variação cambial de investimentos	Custo atribuído ao imobilizado	<i>Hedge accounting</i>	Avaliação atuarial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.639	35.431	(15.694)	(37)	25.339
Adições (baixas) no exercício	<u>(501)</u>	<u>(2.091)</u>	<u>7.797</u>	<u>169</u>	<u>5.374</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>5.138</u>	<u>33.340</u>	<u>(7.897)</u>	<u>132</u>	<u>30.713</u>

Hedge de fluxo de caixa

Contém a parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço. Também é contabilizada, como um componente em separado, a porção eficaz de ganhos ou perdas sobre instrumentos em *hedges* de fluxo de caixa de R\$ 7.797 (R\$ 17.326 em 2016) que representam os movimentos nos *hedges* de fluxo de caixa e a parte eficaz dos contratos, líquidos de impostos.

Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes ao custo atribuído ao imobilizado estão contabilizados no passivo não circulante.

A reserva para ajuste do custo atribuído do imobilizado é realizada conforme a depreciação dos bens avaliados registrados na controladora contra lucros acumulados, líquida dos efeitos tributários. O mesmo efeito está refletido no resultado do exercício, pela depreciação do valor do custo atribuído aos ativos avaliados.

Reserva para avaliação atuarial

Reserva originada do registro de ganhos atuariais sobre o plano de benefício a funcionários, conforme o Pronunciamento Técnico CPC33 (R1) - Benefício a Empregados.

20 Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei nº 6.404/76 com a redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	64.055	64.281
Reserva Incentivo Fiscal Fundopem	(269)	(2.302)
Ajustes pelo impacto da adoção da Lei 11.638/2007	2.091	2.449
	<hr/>	<hr/>
Lucro líquido do exercício ajustado	65.877	64.428
Reserva legal (5%)	(3.294)	(3.222)
	<hr/>	<hr/>
Lucro base para distribuição	62.593	61.206
	<hr/>	<hr/>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	15.648	15.302
	<hr/>	<hr/>
Juros sobre capital próprio	52.697	16.000
Imposto de renda	(7.904)	(1.507)
Dividendos complementares (5%)	-	809
	<hr/>	<hr/>
Total dos dividendos mínimos propostos pela Administração	-	15.302

Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou e pagou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 52.697 (R\$ 16.000 em 31 de dezembro de 2016) os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 17.917 (R\$ 5.440 em 31 de dezembro de 2016) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre capital próprio creditados aos acionistas.

21 Resultado por Ação

Em atendimento ao CPC 41- Resultado por ação (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	64.065	64.281
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	214.566	186.485
Lucro por ação - básico e diluído (em Reais)	0,2986	0,3447

Aumento de capital social na Companhia

Em 20 de abril de 2016, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, o efetivo aumento de capital social no montante total de R\$ 300.000, dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social, mediante a emissão de 92.592.593 ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço por ação de R\$ 3,24, no âmbito da oferta pública de distribuição primária com esforços restritos de colocação.

Assinatura de acordo de acionista

Em 26 de abril de 2016, foi celebrado um acordo de acionistas com o fundo GIF V Pipe Fundo de Investimento em Participações disciplinando o exercício de direito de voto por parte dos controladores da Companhia e o fundo tendo o prazo de vigência de 10 anos, no contexto da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia.

22 Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(15.029)	(15.075)	(17.409)	(18.772)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	2.500	(9.825)	(2.026)	(3.032)
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(12.529)	(24.900)	(19.435)	(21.804)
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Demonstração do resultado abrangente				
Imposto de renda e contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o exercício:				
Ajuste de Avaliação Atuarial - Randonprev	-	(4)	-	(4)
Ajuste de Avaliação Patrimonial - <i>Hedge Accounting</i>	(1.647)	-	(1.647)	-
	(1.647)	(4)	(1.647)	(4)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro contábil antes dos impostos	76.594	89.181	83.595	86.281
À alíquota fiscal de 34%	(26.042)	30.322	(28.422)	29.335
Despesa incentivada	3.742	1.496	3.540	1.496
Resultado equivalência patrimonial	(5.570)	586	-	-
Juros sobre capital próprio	17.917	(5.440)	17.917	(5.440)
Instrumentos derivativos	-	(1.710)	-	(1.710)
Mais Valia nas Aquisições	2.674	-	2.674	-
Ajuste de alíquota no exterior	-	-	139	-
Alteração de alíquota*	-	-	(9.474)	-
Outras despesas não dedutíveis	(5.250)	(354)	(5.809)	(1.877)
	(12.529)	24.900	(19.435)	21.804
Alíquota efetiva	16,36%	27,92%	23,25%	25,27%

(*) Alíquota do país Estados Unidos da América sofrerá redução a partir de 2018, sendo que seu efeito está demonstrado em 31.12.2017.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se a:

Controladora

	Balanco patrimonial		Patrimônio líquido		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para comissões e fretes	528	818	-	-	291	(584)
Provisão para devedores duvidosos	356	297	-	-	(59)	(2.193)
Provisão para contingências	1.917	2.052	-	-	135	19
Provisão para estoques obsoletos	1.373	1.547	-	-	174	155
Operações com derivativos	(873)	9	1.647	-	(582)	(1.108)
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(1.606)	(1.551)	-	-	55	(2.126)
Provisão desvinculo de funcionários	944	725	-	-	(219)	56
Participação dos diretores e funcionários	2.551	2.211	-	-	(340)	157
Provisões diversas e outros	1.571	1.720	-	-	(399)	1.591
Randonprev avaliação atuarial	(218)	(5)	-	(4)	213	421
Ajuste "valor atribuído" do imobilizado	(17.175)	(18.252)	-	-	(1.077)	1.262
Lucro não realizado nos estoques	4.510	4.378	-	-	(132)	(4.151)
Compra vantajosa Controil	(134)	(73)	-	-	61	577
Mais Valia	(20.170)	-	-	-	2.674	-
Depreciação vida útil / fiscal	(16.770)	(15.065)	-	-	1.705	(3.901)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	2.500	(9.825)
Passivo fiscal diferido	(43.196)	(21.189)	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	-	-	1.647	(4)	-	-

Consolidado

	Balanco patrimonial		Patrimônio líquido		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízos fiscais a compensar	24.947	32.895	-	-	(7.647)	1.663
Provisão para comissões e fretes	305	818	-	-	291	(584)
Provisão para devedores duvidosos	674	363	-	-	(39)	(2.149)
Provisão para contingências	1.955	2.052	-	-	(33)	19
Provisão estoques obsoletos	1.679	1.773	-	-	254	250
Operações de derivativos	(872)	9	1.647	-	(582)	(1.108)
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(1.319)	(1.483)	-	-	49	(2.116)
Provisão desvinculo de funcionários	944	725	-	-	(175)	56
Participação dos diretores e funcionários	4.188	2.211	-	-	(184)	157
Provisões diversas	3.190	1.932	-	-	252	1.575
Randonprev avaliação atuarial	(218)	(5)	-	(4)	213	421
Ajuste valor atribuído do imobilizado	(22.018)	(22.039)	-	-	1.135	1.789
Mais Valia	(20.170)	-	-	-	2.674	-
Compra vantajosa Controil	(134)	(73)	-	-	61	577
Depreciação vida útil / fiscal	(16.770)	(16.699)	-	-	1.705	(3.582)
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	(2.026)	(3.032)
(Passivo) fiscal diferido	(49.337)	(28.851)	-	-	-	-
Ativo fiscal diferido	25.718	31.330	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	-	-	1.647	(4)	-	-

23 Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de vendas	821.342	780.613	1.110.711	1.062.659
Devoluções de vendas	(1.227)	(2.022)	(3.209)	(3.671)
Ajuste a valor presente	(10.220)	(13.228)	(10.648)	(13.880)
Impostos sobre as vendas	(212.955)	(184.873)	(264.023)	(232.457)
Receita operacional líquida	596.940	580.490	832.831	812.651

24 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(437.119)	(408.669)	(615.664)	(580.608)
Despesas com vendas	(50.883)	(46.079)	(75.187)	(66.838)
Despesas administrativas e gerais	(37.970)	(36.831)	(58.671)	(55.811)
Remuneração dos administradores	(3.926)	(3.463)	(3.926)	(3.463)
Outras despesas operacionais	(20.060)	(11.842)	(33.657)	(28.960)
	(549.958)	(506.884)	(787.105)	(735.680)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(26.591)	(27.606)	(41.192)	(40.016)
Despesas com pessoal	(161.147)	(149.311)	(216.744)	(200.718)
Remuneração e participação dos administradores	(3.926)	(3.463)	(3.926)	(3.463)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(223.637)	(215.192)	(336.584)	(324.715)
Frete	(18.564)	(18.845)	(25.382)	(24.686)
Energia elétrica	(10.988)	(14.473)	(15.913)	(21.444)
Comissões	(3.609)	(3.594)	(4.503)	(4.636)
Conservação e manutenção	(23.189)	(15.658)	(30.063)	(23.366)
Aluguéis	(4.656)	(4.169)	(8.197)	(6.121)
Assessoria em TI	(3.015)	(4.460)	(3.045)	(5.236)
Assistência técnica	(1.115)	(1.915)	(1.137)	(2.070)
Custos mercadológicos	(5.010)	(4.098)	(6.483)	(5.363)
Honorários profissionais	(10.361)	(8.826)	(15.608)	(10.587)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	-	(8.764)	(11.950)
Despesas com processos judiciais	(6.791)	-	(6.791)	-
Multas indedutíveis	(1.182)	(401)	(1.182)	(401)
Outras despesas	(46.177)	(34.873)	(61.591)	(50.908)
	(549.958)	(506.884)	(787.105)	(735.680)

25 Despesas com pessoal e participação nos lucros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ordenados e salários	138.523	129.155	177.958	173.663
Custos de previdência social	5.214	3.046	12.664	7.403
Custos relacionados com aposentadoria	935	1.104	1.164	1.104
Benefícios concedidos	16.475	16.006	24.958	18.548
	161.147	149.311	216.744	200.718

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. O montante de participação nos lucros apurados em 31 de dezembro de 2017 foi no valor de R\$ 8.250 (R\$ 6.919 em 31 de dezembro de 2016).

26 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras:				
Varição cambial	29.411	39.012	30.258	39.228
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	46.260	46.286	46.568	46.773
Ajuste a valor presente	10.632	13.520	11.093	14.156
Outras receitas financeiras	6.982	700	8.257	2.576
	93.285	99.518	96.176	102.733
Despesas financeiras:				
Varição cambial	(27.059)	(51.519)	(27.508)	(52.026)
Juros sobre financiamentos	(10.994)	(14.165)	(21.216)	(24.234)
Perdas com outras operações de derivativos	-	(58)	-	(58)
Ajuste a valor presente	(3.430)	(3.078)	(3.804)	(3.534)
Juros de mora	(10.990)	(39)	(11.049)	(69)
Despesas bancárias	(6.395)	(7.140)	(7.769)	(7.226)
Descontos concedidos	(241)	(4.138)	(458)	(4.351)
Outras despesas financeiras	(5.395)	(6.633)	(6.016)	(8.591)
	(64.504)	(86.770)	(77.820)	(100.089)
Resultado financeiro líquido	28.781	12.748	18.356	2.644

27 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e riscos de liquidez, aos quais a Companhia entende estar exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

Uma parcela das receitas da Companhia e de suas controladas são geradas pela comercialização de produtos para o mercado externo. Dessa forma, a volatilidade da taxa de câmbio está associada aos riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pré e pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras de liquidez não imediata, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os riscos da Companhia são descritos a seguir.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido à variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

Controladora				Valor contábil		Valor justo	
	Nota	Hierarquia	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Ativos							
Valor justo por meio do resultado							
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2)	216.136	218.529	216.136	218.529	
Aplicações financeiras	7	(2)	241.473	274.181	241.461	274.179	
Empréstimos e recebíveis							
Clientes	8	(2)	187.402	167.322	187.402	167.322	
Passivos							
Passivos pelo custo amortizado							
Fornecedores		(2)	(53.961)	(41.479)	(53.961)	(41.479)	
Empréstimos e financiamentos	18	(2)	<u>(198.189)</u>	<u>(226.976)</u>	<u>(188.128)</u>	<u>(171.032)</u>	
Total			<u>392.861</u>	<u>391.577</u>	<u>402.910</u>	<u>447.519</u>	
Consolidado				Valor contábil		Valor justo	
	Nota	Hierarquia	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Ativos							
Valor justo por meio do resultado							
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2)	237.773	256.244	237.773	256.244	
Aplicações financeiras	7	(2)	241.473	274.181	241.461	274.179	
Empréstimos e recebíveis							
Clientes	8	(2)	77.793	61.449	77.793	61.449	
Passivos							
Passivos pelo custo amortizado							
Fornecedores		(2)	(78.378)	(56.420)	(78.378)	(56.420)	
Empréstimos e financiamentos	18	(2)	<u>(220.256)</u>	<u>(256.168)</u>	<u>(207.219)</u>	<u>(194.733)</u>	
Total			<u>258.405</u>	<u>279.286</u>	<u>271.430</u>	<u>340.719</u>	

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o período findo em 31 de dezembro de 2017.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas às taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos à taxas fixas e taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, Libor, URTJ, US\$ e CDI e variação nas taxas do US\$.

Sensibilidade à taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos à taxas variáveis).

Foram considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2017, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Deterioração das receitas financeiras

Operação	Moeda	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	R\$	33.395	28.386	16.698
		Depreciação da taxa em	25%	50%
Referência para receitas financeiras		Provável	Possível	Remota
CDI %		6,89%	5,86%	3,45%
Aumento das despesas financeiras				
	Moeda	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Instituições financeiras	R\$	13.743	17.782	22.134
		Apreciação da taxa em	25%	50%
Referência para passivos financeiros		Provável	Possível	Remota
TJLP		7,00%	8,75%	10,50%
URTJ		4,32%	5,40%	6,48%
CDI		6,89%	10%	12,21%
US\$		3,31	3,96	4,75
LIBOR Semestral		1,84%	1,88%	2,26%
IPCA		2,95%	3,07%	3,68%
BADLAR		23,25%	29,06%	34,88%

Risco de câmbio

A Companhia adota o *hedge accounting*, de acordo com as práticas de mercado (CPC 38 R1 /IAS 39) - Instrumento financeiro: Reconhecimento e Mensuração; e regulamento próprio, com o objetivo de eliminar a volatilidade da variação cambial do resultado da Companhia.

A Companhia designa formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

A adoção está amparada na efetividade das expectativas de exportações ao longo do tempo, quando comparadas ao fluxo de vencimentos dos compromissos sujeitos à variação em moeda estrangeira, majoritariamente o dólar dos Estados Unidos, que estão diluídos no longo prazo.

A utilização dessa prática visa a refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, no que se refere a ativos e passivos expostos à variação de moeda estrangeira.

A estrutura de *hedge* consiste na cobertura de um grupo de passivos, compromissos firmes, transações previstas altamente prováveis com características de risco semelhantes das de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano - USD), contra o risco de variação

cambial frente ao Real - BRL, adotando como instrumento de cobertura atual, instrumentos financeiros não derivativos (financiamentos), em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda de produtos fabricados.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentou variação negativa de 1,50% (16,54% negativa em 31 de dezembro de 2016). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de “Financiamento” visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 38 Instrumento financeiro: Reconhecimento e mensuração (R1). A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido à variações na taxa de câmbio.

Instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*

Contraparte	Tipo	Taxa de Contratação	Taxa de Designação	Notional US\$	Variação cambial		Valor contábil
					Contabilizada no Patrimônio Líquido *		
Banco Itaú	NCE	1,8316	2,3426	8.183	7.899		27.065

(*) Valor diferido no patrimônio líquido (*hedge accounting*), em contrapartida às contas no grupo de empréstimos e financiamentos.

Instrumentos de proteção designados para *hedge accounting* e períodos previstos do fluxo de caixa das exportações:

Ano de referência	Valor designado financiamento USD (Instrumento de Hedge)	Mês de referência	Vendas em USD designadas (Objeto de hedge)
2018	5.455	mar/17	5.455
2019	<u>2.728</u>	set/17	<u>2.728</u>
Total	<u>8.183</u>	Total	<u>8.183</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

	US\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	106.931	66.060	26.198	26.199
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	44.989	50.501	51.467	58.857
C. Exportações futuras designadas para <i>hedge accounting</i>	<u>8.183</u>	<u>13.636</u>	<u>8.183</u>	<u>13.636</u>
D. Superávit (Déficit) apurado (A-B+C+D)	<u>70.125</u>	<u>29.195</u>	<u>(17.086)</u>	<u>(19.022)</u>

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e do patrimônio da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

		Controladora		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição líquida de instrumentos Financeiros	Alta do US\$	231.973	289.966	347.959
	Queda do US\$	231.973	173.980	115.986
		Consolidado		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição líquida de instrumentos Financeiros	Alta do US\$	(56.520)	(70.650)	(84.781)
	Queda do US\$	(56.520)	(42.390)	(28.260)

Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo:

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Controladora			
Empréstimos e financiamentos	18	198.189	226.976
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata	6 e 7	<u>(457.609)</u>	<u>(492.710)</u>
Dívida líquida		(259.420)	(265.734)
Patrimônio líquido		<u>780.895</u>	<u>772.136</u>
Patrimônio e dívida líquida		<u>521.475</u>	<u>506.402</u>
Quociente de alavancagem		-	-
Consolidado			
Empréstimos e financiamentos	18	220.256	256.168
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata	6 e 7	<u>(479.246)</u>	<u>(530.425)</u>
Dívida líquida		(258.990)	(274.257)
Patrimônio líquido		<u>780.895</u>	<u>772.136</u>
Patrimônio e dívida líquida		<u>521.905</u>	<u>497.879</u>
Quociente de alavancagem		-	-

Garantias

A Companhia não têm ativos financeiros dados em garantia em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito a procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação e histórico de perda. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contava com aproximadamente 31 clientes que deviam mais que R\$ 1.165 cada (em 31 de dezembro de 2016 eram 31 clientes que deviam R\$ 1.037 cada), sendo responsáveis por aproximadamente 70% de todos os recebíveis devidos. Os demais 30% estavam representados por 277 clientes, que deviam uma média de aproximadamente R\$ 56 cada. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada fechamento em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado que está indicado na Nota explicativa 8.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Controladora

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	32.649	88.798	83.492	5.256	210.195	198.189
Fornecedores	54.091	-	-	-	54.091	53.961
	86.740	88.798	83.492	5.256	264.286	252.150
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	26.187	80.576	131.919	7.948	246.630	226.976
Fornecedores	41.275	-	-	-	41.275	41.479
	67.462	80.576	131.919	7.948	287.905	268.455

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Até 3 Meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	42.112	95.646	90.951	5.256	233.965	220.256
Fornecedores	78.536	-	-	-	78.536	78.378
	120.648	95.646	90.951	5.256	312.501	298.634
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	Até 3 Meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	33.200	88.185	149.634	7.948	278.967	256.168
Fornecedores	56.088	86	-	-	56.174	56.420
	89.288	88.271	149.634	7.948	335.141	312.588

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia através da sua controlada Fras-le North America, Inc., contratou operação com instrumento financeiro derivativo do tipo “swap” com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos e financiamentos expostas à taxa de juros Libor, trocando este indexador para uma taxa pré-fixada. Tal instrumento representou em 31 de dezembro de 2017 uma MTM (marcação a mercado) de US\$ 24 de posição passiva.

28 Compromissos

Garantias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais e fianças:

Tipo de garantia	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Freios Controil Ltda	66	1.490	66	1.490

29 Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, são eles:

Segmento de montadoras: referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de montadoras.

Segmento de reposição: referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de reposição de peças.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito da Companhia, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

a. Informações por segmentos de negócios

	<u>Montadoras</u>		<u>Reposição</u>		<u>Total</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita líquida para terceiros	104.259	98.290	728.572	714.361	832.831	812.651
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(83.807)	(75.398)	(531.857)	(505.210)	(615.664)	(580.608)
Lucro bruto	20.452	22.892	196.715	209.151	217.167	232.043
Despesas operacionais					(151.928)	(148.406)
Resultado financeiro líquido					18.356	2.644
Lucro (antes do imposto sobre o lucro)					83.595	86.281

Despesas operacionais, ativos e passivos não foram divulgados por segmento, pois tais itens são administrados no âmbito da Companhia, não sendo informados de forma segregada ao responsável pela tomada de decisão.

b. Vendas líquidas por segmentos geográficos

	Montadoras		Reposição		Total consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Região:						
Mercado nacional	62.062	52.854	356.068	316.800	418.130	369.654
Nafta	36.508	41.406	141.697	152.561	178.205	193.967
Europa	1.374	728	43.958	48.349	45.332	49.077
Mercosul	-	-	133.167	137.000	133.167	137.000
África	-	-	17.169	23.268	17.169	23.268
Ásia e Oceania	4.315	3.302	14.121	11.798	18.436	15.100
Outros	-	-	22.392	24.585	22.392	24.585
Total	104.259	98.290	728.572	714.361	832.831	812.651

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

c. Ativo por área geográfica

	Ativo	
	31/12/2017	31/12/2016
Brasil	311.810	320.622
Estados Unidos	38.734	40.281
Argentina	75.604	5.547
Chile	17	26
México	23	28
China	18.106	8.365
Alemanha	201	249
África	2	1
Emirados Árabes	4	10
Colômbia	30	-
Uruguai	22.641	-
Eliminações	(1.206)	(513)
Total	465.966	374.616

30 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. As principais coberturas de seguros são:

	Risco coberto	Consolidado	
		Total dos limites de indenização	
		31/12/2017	31/12/2016
Prédios, estoques, máquinas e Lucros cessantes	Incêndio, vendaval, danos elétricos e riscos gerais.	123.393	126.527
Veículos	Casco	146	594
Crédito de exportação	Comerciais e políticos	28.194	29.303
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	6.121	5.977
Acidentes pessoais	Danos pessoais	2.262	2.147
		160.116	164.548

31 Eventos subsequentes

Aquisição Federal Mogul

Em 08 de janeiro de 2018, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que as condições precedentes ao Fechamento do Acordo de Associação com a Federal Mogul VCS Holding BV (“VCS”) foram atendidas, inclusive a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) a que a operação estava subordinada. Em decorrência, nesta data, foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, correspondente a 80,10% das quotas representativas do capital social da Federal-Mogul Friction Products Sorocaba Sistemas Automotivos Ltda. (“Empresa”), com o que a Companhia assume efetivamente o controle da gestão da Empresa, que passa a denominar-se Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.

ASK Fras-le Friction Private Limited

Em 25 de janeiro de 2018, dando sequência às informações divulgadas no Comunicado ao Mercado, datado de 5 de dezembro de 2017, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que as condições precedentes ao Fechamento do Acordo de Associação com a ASK Automotive Private Limited (“ASK”) estão atendidas e que, nesta data, foram firmados todos os documentos de Fechamento, inclusive aqueles necessários ao aporte dos recursos pelas sócias para a ASK Fras-le Friction Private Limited (“ASK Fras-le”), permitindo dar início às atividades produtivas e operacionais daquela unidade. Em 09 de fevereiro de 2018, foram subscritas 32.385.000 ações em nome da Fras-le S.A., representando 51% do capital social da ASK Fras-le. Nesta data a Fras-le passou a ter o controle da operação.